



LEI Nº 765

DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS VISANDO AO COMBATE A DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS À SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

YURI PEIXOTO BARBOSA VALEIS, Prefeito Municipal

de Sonora, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, nos termos das disposições constitucionais vigentes e consoante as normas gerais de direito público, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Sempre que se verificar a existência de doenças ou agravos à saúde com potencial de crescimento ou de disseminação, de forma a representar risco ou ameaça à saúde pública, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambientes, o Poder Executivo Municipal, no seu exercício de poder de polícia, poderá ingressar em imóveis particulares abandonados, bem como nos casos de recusa ou de ausência de alguém que possa abrir o acesso para o agente sanitário, quando isso se mostrar fundamental para a contenção da doença ou do agravio à saúde.

§ 1º - Todas as medidas a serem aplicadas observarão os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e legalidade.

§ 2º - Antes do ingresso nos imóveis, o Poder Executivo tomará progressivamente as seguintes providências, notificando o proprietário ou responsável pelo imóvel quanto às determinações sanitárias necessárias:

I – estabelecimento de contato telefônico;

II – notificação escrita com registro de recebimento;

III - publicação, no átrio da sede da Prefeitura, de edital de notificação aos proprietários e/ou possuidores de imóveis fechados ou

abandonados para que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, providenciem a abertura dos referidos imóveis para a realização da fiscalização e adoção das medidas de controle sanitário e epidemiológico.

§ 3º - O ingresso forçado nos imóveis será sempre precedido de autorização judicial, conforme o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 2º - Nas hipóteses de ausência do morador, o ingresso forçado será acompanhado por um técnico habilitado em abertura de portas, que deverá recolocar as fechaduras após realizada a ação de vigilância sanitária e epidemiológica.

Parágrafo único - Não conseguindo o técnico promover a abertura do acesso, a entrada dar-se-á por meio de arrombamento, sendo que o Poder Executivo restabelecerá as condições de segurança antes existentes imediatamente ao término da ação dos agentes.

Art. 3º - Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, de imóveis, com ou sem edificação, localizados no território do Município de Sonora/MS, são obrigados a adotar as medidas necessárias à manutenção desses bens limpos, sem acúmulo de lixo, entulhos e demais materiais inservíveis, drenados e aterrados no caso de serem pantanosos ou alagadiços evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação dos vetores causadores da dengue, febre amarela e doenças em geral.

Art. 4º - Os proprietários de imóveis onde haja construção civil e os responsáveis pela execução das respectivas obras, públicas ou privadas, ficam obrigados a adotar medidas de proteção, respeitadas as normas e posturas municipais, de modo a evitar acúmulo de água, originada ou não de chuvas, bem como a realizar manutenção e limpeza dos locais sob sua responsabilidade, providenciando o descarte ambientalmente correto de materiais inservíveis que possam acumular água, ainda que esteja a obra em plena execução ou temporariamente paralisada.



Art. 5º - Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, de imóveis dotados de piscinas, ficam obrigados a manter tratamento adequado da água, de forma a não permitir a presença ou a proliferação de mosquitos e quando em desuso, a piscina deverá ser protegida com tela milimétrica, evitando condições que propiciem a instalação e proliferação dos vetores.

Art. 6º - Em residências, estabelecimentos comerciais e industriais, terrenos e instituições públicas e privadas, ficam os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, obrigados a manter os reservatórios, caixas d'água, cisternas ou similares, devidamente tampados e com vedação segura de forma a não permitir a entrada de fêmeas de mosquitos e sua consequente desova e reprodução.

Art. 7º - Nos cemitérios, somente será permitida a utilização de vasos, floreiras ou quaisquer outros ornamentos ou recipientes que retenham água, se estiverem devidamente perfurados e preenchidos com areia, evitando o acúmulo de água.

Parágrafo Único - O Poder executivo fica autorizado a apreender, remover e inutilizar os vasos, floreiras, ornamentos ou recipientes mencionados neste artigo, que não estiverem devidamente perfurados e preenchidos com areia, de modo a evitar o acúmulo de água.

Art. 8º - Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, sejam eles civis, militares ou religiosos, são obrigados a permitir o ingresso, em seus respectivos imóveis, do agente de endemias ou qualquer outra autoridade sanitária responsável pelo trabalho de controle de endemias, para a realização de inspeção, verificação, orientação, informação, aplicação de inseticida ou qualquer outra atividade específica de combate a dengue, febre amarela e medidas sanitárias correlatas.

Art. 9º - Nos terrenos baldios, ou terrenos onde são mantidos ou comercializados materiais recicláveis de qualquer natureza, ou ferro velho, sucatas e congêneres, apontados pela vigilância sanitária do Município como de risco à proliferação de mosquitos, ficam seus proprietários ou responsáveis obrigados a manter os materiais sob cobertura apropriada e aprovada pela autoridade sanitária municipal, respeitadas as demais normas legais aplicáveis à espécie.

Parágrafo Único - Na hipótese de ser aplicada a penalidade de apreensão do material, será esta efetuada pelo serviço de limpeza pública do município em conjunto com a Gerência de Saúde, que o encaminhará às cooperativas ou associações que exerçam atividades de reciclagem.

Art. 10 - Os proprietários ou responsáveis pelas borracharias, comércios de pneus, bicicletas, oficinas automotivas, depósitos de pneus e congêneres, transportadoras ou qualquer estabelecimento que beneficie ou manipule borracha de qualquer natureza, deverão manter cobertura total para esses materiais, respeitada as demais normas legais aplicáveis à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água e a consequente proliferação de mosquitos.

Art. 11 - Os proprietários ou responsáveis pelas borracharias, comércio de pneus, bicletarias, oficinas automotivas, depósitos de pneus e congêneres, transportadoras ou qualquer estabelecimento que beneficie ou manipule borracha de qualquer natureza, ficam responsáveis por dar o destino ambientalmente correto dos derivados da borracha sob orientação da Gerência de Saúde e na forma da legislação específica.

Art. 12 - Os proprietários ou responsáveis por ferros-velhos e estabelecimentos que comercializam sucatas em geral e congêneres, deverão providenciar cobertura adequada ou outros meios, respeitadas as demais normas legais aplicáveis à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água.

§1º - Os materiais depositados nesses estabelecimentos deverão ser acondicionados distantes 1 (um) metro dos muros limítrofes de qualquer outro imóvel, de forma a permitir o livre acesso para aplicação periódica de inseticida, quando necessário.

§2º - As pessoas físicas que acumulam ferros-velhos, sucatas em geral e congêneres, também deverão providenciar cobertura adequada ou outros meios, respeitadas as demais normas legais aplicáveis à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água, e, deverão permanecer distantes 1 (um) metro dos muros limítrofes de qualquer outro imóvel, de forma a permitir o livre acesso para aplicação periódica de inseticida, quando necessário.

Art. 13 - Os proprietários ou responsáveis, por floriculturas, comércios atacadistas ou varejistas de flores naturais, de vasos, floreiras ou similares, deverão adotar cobertura, respeitadas as demais normas aplicáveis a espécie, de forma a impedir o acúmulo de água nos recipientes ali comercializados, ou àqueles que permaneçam sempre em exposição.

§ 1º - É proibida a manutenção de pratos ou material similar para sustentação de xaxins, vasos ou qualquer espécie de planta, exceto se estiverem devidamente perfurados com, no mínimo, 03 (três) furos e com areia grossa ou produto similar que evite o acúmulo de água.

§ 2º - No caso de plantas e arranjos de flores nas dependências de floriculturas que necessitam de água permanente, a troca da água, bem como a lavagem dos vasos deve ser realizada a cada três dias com fins de evitar a instalação e proliferação dos vetores.

§ 3º - As bromélias, bem como qualquer outra espécie de planta que abrigue águas de chuvas ou de regas, deverão receber tratamento à base de água sanitária na proporção de uma colher de sopa para um litro de água, devendo ser regadas duas vezes por semana.

Art. 14 - Os proprietários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, de imóveis que estiverem postos à venda ou para locação, ficam obrigados a mantê-los com vasos sanitários vedados, caixas d'água tampadas e vedadas, ralos externos vedados, piscinas com tratamento à base de cloro, calhas desobstruídas e isentas de qualquer material que possa acumular água.

Art. 15 - A desobediência ou não observância às disposições da presente lei implicará sucessivamente, nos seguintes procedimentos:

I – notificação do infrator, determinando a regularização da situação no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de multa;

II – não sanada a irregularidade, será aplicada a multa;

III – persistindo a irregularidade, será aplicada a nova multa, em dobro e, quando necessário e possível, apreendido o material pelo serviço de limpeza pública do município em conjunto com a Gerência de Saúde, que o encaminhará às cooperativas ou associações que exerçam atividades de reciclagem;

IV - em se tratando de estabelecimentos, persistindo a irregularidade, além das multas e apreensões dos materiais, poderá ser cancelada e/ou cassada a licença para funcionamento e interditada a atividade.

§ 1º - A notificação e consequente imposição de multa deverão recair exclusivamente sobre o responsável pela real e efetiva guarda, conservação e utilização do imóvel ou estabelecimento.

§ 2º - Nas infrações consideradas graves, após a aplicação da penalidade de multa, deverá a Gerência de Saúde do Município comunicar o fato ao Ministério Público, para que este adote as medidas cabíveis no âmbito de suas prerrogativas legais.

Art. 16 - Constitui também infrações às disposições da presente lei:

I – a recusa, pelo proprietário, locatário, possuidor ou responsável a qualquer título pelo imóvel, em permitir o ingresso do agente de saúde, bem como de qualquer outra autoridade sanitária, para fins de inspeção, verificação, orientação, informação, aplicação de inseticida ou qualquer outra atividade específica de combate a dengue e a febre amarela;

II – agir com indisciplina, agitação ou desacatar servidores municipais no exercício de suas funções;

III – resistir à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça ao servidor competente para executá-lo.

Parágrafo Único - Constatada a existência de recipientes que possibilitem a criação e proliferação de mosquitos, serão aplicadas as respectivas penalidades.

Art. 17 - As infrações às disposições constantes desta lei classificam-se em:

I – leves, quando detectada a existência de 1 (um) a 3(três) focos de vetores;

II – médias, de 4 (quatro) a 6 (seis) focos;

III – graves, de 7 (sete) a 9 (nove) focos;

IV – gravíssimas, de 10 (dez) ou mais focos.

Art. 18 - As infrações previstas no artigo anterior estarão sujeitas à imposição das seguintes multas:

I – multa no valor de 05 UFMS para as infrações leves;

II - multa no valor de 10 UFMS para as infrações médias;

III - multa no valor de 15 UFMS para as infrações graves;

IV - multa no valor de 25 UFMS para as infrações gravíssimas.

§ 1º - Previamente à aplicação das multas estabelecidas neste artigo, o infrator será notificado para regularizar a situação no prazo de 10 (dez) dias, findo o qual estará sujeito à imposição destas penalidades.

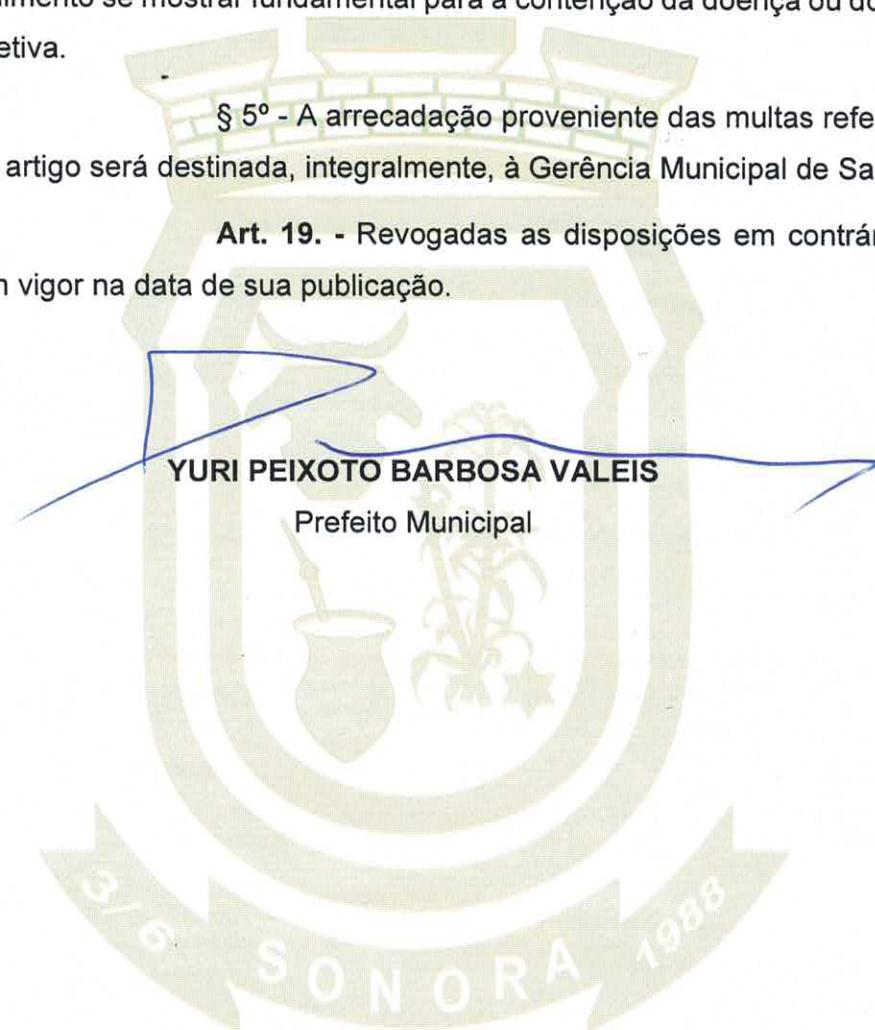
§ 2º - Em caso de reincidências as multas deverão ser cobradas em dobro.

§ 3º - Os valores das multas estipulados nos incisos do caput serão corrigidos nos termos da legislação municipal pertinente.

§ 4º - Sem prejuízo da aplicação das multas previstas nos incisos do caput, poderá o agente de endemias, sempre que caracterizada, na forma definida em ato regulamentar federal, estadual, ou municipal, situação de iminente perigo à saúde pública, promover o ingresso forçado em imóveis particulares, nos casos de recusa ou de ausência de alguém que lhe possa facultar a entrada, quando esse procedimento se mostrar fundamental para a contenção da doença ou do agravo à saúde coletiva.

§ 5º - A arrecadação proveniente das multas referidas no caput deste artigo será destinada, integralmente, à Gerência Municipal de Saúde.

Art. 19. - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PUBLICAÇÕES

SONORA

DECRETO "Nº 461/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Comoclar férias, de acordo com o Art. 78, da Lei nº. 295, de 05 de julho de 2001, aos servidores abacu refacionadas:

PERÍODO INÍCIO TÉRMINO

Devanir Rodrigues Pereira Junior 2014/2013 05/12/16 03/01/17

Lane Rachin Simões Henini 2014/2013 05/12/16 03/01/17

Van Prado de Souza Valéia 2014/2013 05/12/16 03/01/17

Prefeito Municipal

DECEDITO "Nº 462/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das

atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar a pedido, o servidor José Pereira Liana, do cargo em comissão de Gerente de Núcleo III,

rimboldo-DAS-4, lotada na Gerência Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Yuri Peixoto Barbosa Valeis

Prefeito Municipal

DECEDITO "Nº 463/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das

atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar a pedido, o servidor Sandra Regina Pinto, do cargo em comissão de Gerente de Núcleo II, rimboldo-

DAS-2, lotada na Gerência Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Prefeito Municipal

LEI Nº 764/2016

SONORA - MS, 21 de Dezembro de 2016.

"Fazenda a lei e DESPESA à sua Municipal de Sonora/MS, para a execução de 2017"

O EXCELENTEISSIMO SR. YURI PEIXOTO BARBOSA VALEIS, PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Sonora, Estado de Matto Grosso do Sul, para o exercício financeiro de 2017, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2017, compreendendo o orçamento fiscal e de segurança social, referente aos Poderes do Município, seu fundo, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 2º - O conjunto do Orçamento Físico e da Sustentabilidade do Município de Sonora/MS, para o Exercício financeiro de 2017, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 71.574.581,60 (Setenta e um milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), descontados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - A estimativa é feita com base na arrecadação de tributos, transferências correntes, outras Receitas Correntes, descontos da Capital e receitas intra-orçamentárias, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITA DE TODAS AS FONTES

RECEITAS CORRENTES

- Receta Tributária	R\$ 6.269.060,00
- Receta de Contribuições	R\$ 1.587.060,00
- Receta Patrimonial	R\$ 3.772.703,55
- Receta de Serviço	R\$ 1.408.400,00
- Transferências	R\$ 64.114.128,05
- Outras Receitas Correntes	R\$ 316.700,00
- Dedução de Recetas do RPBS	R\$ (850.000,00)
- Dedução das Transferências Correntes	R\$ (8.157.200,00)
TOTAL	R\$ 67.287.731,60

RECEITAS DE CAPITAL

- Operação de Crédito	R\$ 150.000,00
- Alimentação de Bens	R\$ 5.010,00
- Amortização de Empreendimentos	R\$ 500,00
- Construções e Capital	R\$ 2.408.350,00
TOTAL	R\$ 2.563.850,00

RECEITA CORRENTE INTRAOÇAMENTARIA

- Receta de Contribuições	R\$ 1.723.090,00
TOTAL	R\$ 1.723.090,00

TOTAL RECEITAS

R\$ 71.574.581,60

Art. 4º - A DESPESA total do Orçamento atende R\$ 71.574.581,60 (Setenta e um milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), impostando ao Poder Executivo o valor de R\$ 49.934.378,60 (Quarenta e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos).

Art. 5º - A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observando o seguinte desdobramento:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

- Despesa Corrente	R\$ 61.831.813,44
- Reserva de Contingênci	R\$ 6.404.868,16
- Reserva de Contingênci Previdenciária	R\$ 125.000,00
- Reserva de Contingênci RPBS	R\$ 2.812.000,00
TOTAL	R\$ 71.574.581,60

DESPESAS POR ÓRGÃOS

1 - PODER LEGISLATIVO	R\$ 01.092 - Câmara Municipal
II - PODER EXECUTIVO	R\$ 2.804.900,00

TOTAL GERAL

R\$ 71.574.581,60

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os despendos ao resultado da receita, podendo realizar, com prévia autorização do Poder Legislativo, variações de créditos para participação da receita, na forma e até o limite fixado na Constituição Federal e Legislação Orçamentária, na forma e de acordo com o Regulamento de Responsabilidade Fiscal de 2001.

Art. 7º - Durante o exercício de 2017 a Lei do Poder Executivo autorizado a conceder reajustes de pessoal Ativa e Inativa, observando a despesa líquida e os artigos nº 19º e 20º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 8º - Ocorrendo alterações na Legislação Tributária em vigor fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder os devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - alterar despesas com pessoal com encargos sociais;

II - conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei;

III - à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílio, convênios ou subvenções;

IV - destinados a suprir insuficiências nas dotações referentes ao serviço da dívida pública.

V - o superávit financeiro das receitas do Tesouro Municipal, apurado no balanço patrimonial do Município do exercício de 2016, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964.

VI - o Poder Executivo faz autorizada a criar elementos de despesas com fontes de recursos não previstos no orçamento, não excedendo o limite previsto na lei.

VII - A abertura de créditos adicionais suplementares para a adequação de previsão do Poder Legislativo face ao limite constitucional.

Art. 10º - Fica autorizada a inclusão de novos elementos de despesas nos respectivos programas aprovados neste lei, mediante decreto do poder Executivo.

Parágrafo único. A inclusão de novos elementos não altera os valores dos créditos autorizados.

Art. 11º - Fica autorizada a reduplicação da despesa com o aumento da Receita efetivamente arrecadada e respectivas fontes de recurso referidas na instrução normativa 36/2012 (TCE/MS) e suas alterações posteriores.

Art. 12º - Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada neste lei, autorizado a remanejar recursos, no âmbito de cada órgão; entre elementos do mesmo grupo

SONORA

de despesa e entre atividades e projetos de um mesmo programa, sem exceder o limite establecido no art. 9º desta lei.

Art. 13º - Para atualização dos Orçamentos dos Poderes Municipais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento de 2017, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados no cruzamento monetário da receita e exclusivos do limite de que trata o Artigo Anterior.

Art. 14º - Em caso de excesso de recursos do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle, o Poder Executivo procederá a realocação das despesas autorizadas à diversa unidade orçamentária e a redistribuir parcelas das dotações, de uma para outra unidade.

Art. 15º - Os repasses ao Poder Legislativo far-se-ão mensalmente, na proporção de 1/12 (um décimo sétimo) das totalidades estabelecidas pelo art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 16º - Para o cumprimento do disposto nesta lei, o Poder Executivo Municipal fará o cálculo da respectiva taxa de referência efetivamente realizada, após o encerramento do exercício financeiro de 2016.

Art. 17º - O Poder Executivo procederá a adequação necessária à lei permitido, caso o total do orçamento do Poder Legislativo Municipal seja inferior ao limite estabelecido pelo art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 18º - Il - Havendo superávit do total do "Expediente do Poder Legislativo" da União, o Poder Executivo Municipal, a diferença será objeto de implementação das dotações, dadas prioridade a áreas de interesse social, econômico e ambiental, e de outras que apresentem maior relevância para o Município e suas entidades costeiras.

II - Il - Havendo superávit do total do "Expediente do Poder Legislativo" da União, o Poder Executivo Municipal, a diferença, não computando o superávit autorizado a representar a menor das dotações constantes no Anexo I da Lei nº 13.019/2014.

III - Il - Havendo superávit do total do "Expediente do Poder Legislativo" da União, o Poder Executivo Municipal, a diferença, não computando o superávit autorizado a representar a menor das dotações constantes no Anexo I da Lei nº 13.019/2014.

IV - Il - Havendo superávit do total do "Expediente do Poder Legislativo" da União, o Poder Executivo Municipal, a diferença, não computando o superávit autorizado a representar a menor das dotações constantes no Anexo I da Lei nº 13.019/2014.

V - Il - Havendo superávit do total do "Expediente do Poder Legislativo" da União, o Poder Executivo Municipal, a diferença, não computando o superávit autorizado a representar a menor das dotações constantes no Anexo I da Lei nº 13.019/2014.

VI - Il - Havendo superávit do total do "Expediente do Poder Legislativo" da União, o Poder Executivo Municipal, a diferença, não computando o superávit autorizado a representar a menor das dotações constantes no Anexo I da Lei nº 13.019/2014.

VII - Serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

VIII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

IX - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

X - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XI - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIV - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XV - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVI - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVIII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIX - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XX - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XI - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIV - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XV - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVI - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVIII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIX - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XX - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XI - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIV - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XV - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVI - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVIII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIX - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XX - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XI - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIV - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XV - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVI - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XVIII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XIX - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XX - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XI - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no orçamento de 2017, serão disponibilizadas de chamamento público as dotações que permanecem no orçamento de 2017.

XII - Fim de exercícios de contabilidade, com exceção de dotações que permanecem no or